



Workshop Integridade e Independência Judicial

Local:
Auditório da
Escola Paulista da Magistratura
Rua da Consolação,
1483, São Paulo - SP
20 de abril de 2018

Currículos dos palestrantes

Diego García-Sayán Larrabure – É relator especial sobre a independência de juízes e advogados da ONU desde 2016. Foi juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos por dois mandatos consecutivos, exercendo a vice-presidência (2008-2009) e a presidência (2009-2013). Durante esse período, o Tribunal emitiu várias decisões importantes relacionadas aos direitos das mulheres em contextos de violência. Tem ampla experiência trabalhando para organizações multilaterais como as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos. Entre outros, foi: Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para os Acordos de Paz em El Salvador e para a posterior verificação dos acordos que reportam diretamente ao Conselho de Segurança; membro e presidente do Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários durante vários anos; membro do Painel Redesign sobre o Sistema de Administração da Justiça das Nações Unidas, nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 2006; Chefe da Missão Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OAS) na Guatemala durante as eleições gerais (2007). Além disso, foi Ministro da Justiça durante a transição democrática no Peru e Ministro dos Negócios Estrangeiros, propondo e promovendo a Carta Democrática Interamericana adotada em 11 de setembro de 2001 pela Assembleia Geral da OEA, que presidiu. Ele também foi presidente da Comissão de Alto Nível para projetar e implementar o Museu da Memória, Tolerância e Inclusão Social no Peru, inaugurado em dezembro de 2015. Ele é o autor de vários livros sobre direito internacional e desenvolvimento, tem experiência em negociações diplomáticas e políticas de alto nível sobre paz internacional, segurança e desenvolvimento inclusivo.

Jeremy Cooper – Graduado pela Universidade de Cambridge e pelo Instituto Universitário Europeu, em Florença. Foi advogado do *London Bar* e do *Camden Community Law* antes de seguir a carreira acadêmica. Entre 2004 e 2009, foi presidente regional do Sul do *Mental Health Review Tribunal* e juiz do Tribunal Regional. Ele também presidiu o *Mental Health Act Implementation Group* e prestou serviços de consultoria jurídica para os governos da Austrália, China e do Timor-Leste. Escreveu sobre temas diversificados, entre eles tópicos jurídicos e de direito público. É diretor auxiliar de um programa inovador de treinamento a respeito da Ética Judicial e carreira da magistratura, o qual foi desenvolvido com sucesso em vários países do mundo. É consultor do UNODC para Integridade Judicial.

Oscar Vilhena Vieira – Pós-Doutor pelo *Centre for Brazilian Studies – St. Antonies College*, Universidade de Oxford (2007). Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1998-1991). Mestre em Direito pela Universidade de Columbia, Nova York (1995) e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988). É Diretor da DIREITO SP, onde leciona nas áreas de Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direito e Desenvolvimento. Foi Procurador do Estado em São Paulo, Diretor Executivo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime (ILANUD), assim como fundador e Diretor da organização Conectas Direitos Humanos. É colunista do jornal Folha de São Paulo e membro de diversos conselhos de organizações da sociedade civil, entre os quais Instituto Pro Bono e *Open Society Foundations (OSF)*. Na advocacia, tem se concentrado em casos de interesse público junto ao Supremo Tribunal Federal.

Currículos dos coordenadores das oficinas

Antonio Silveira Neto – Juiz de Direito da 2ª Vara Mista da Comarca de Cabedelo. Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Estadual da Paraíba. Foi presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (2008-2012). Atuou como Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba (biênio 2012-2014). Foi coordenador dos cursos de educação à distância da Escola Superior da Magistratura da Paraíba (2014-2016). É Formador da Enfam nos cursos de Formação Inicial – Módulo Nacional e na Educação à Distância (EaD). Professor das disciplinas de Direito e Tecnologia da Informação e Direito do Consumidor, na Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Trabalho na área da Infância e Juventude, da Corregedoria Nacional de Justiça. Participou do Grupo de Estudos no Conselho Nacional de Justiça para elaboração de projeto de resolução com vistas a criação de centros de inteligência e monitoramento de demandas de massa nos Tribunais brasileiros. Foi membro do grupo de trabalho que criou o Cadastro Nacional de Adoção – CNA. Também participou do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça sobre informatização e implantação do Processo Eletrônico nos Tribunais.

Artur César de Souza – Pós-doutor pelas seguintes Universidades: Università Statale di Milano – Itália (2007); Universidad de Valência – Espanha (2008); Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2008) e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal (2013). Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2005). Doutorando em Filosofia pela Universidade de Barcelona – UB. Pesquisador da CAPES. Possui mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2001). Professor do Curso de Mestrado da Universidade de Marília – UNIMAR. Professor em Direito Processual Civil pela UNIFIL. Juiz Formador da Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – EMAGIS. Atualmente é juiz federal da seção judiciária do Paraná, atuando na 7ª Vara Cível Federal em Londrina – PR. Tem experiência na área de Direito Civil, Processo Civil, Processo Penal, Filosofia e Deontologia. Especializou-se no tema da influência da mídia na decisão do juiz, tendo sua obra publicada pela editora Revista dos Tribunais e concorrida ao Prêmio Jabuti. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro efetivo do Instituto Paranaense de Direito Processual – IPDP.

Fabiano Angélico – Mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; especialista em Transparência, *Accountability* e Combate à Corrupção pela Escola de Direito da Universidade do Chile; e graduado em Comunicação. Consultor e pesquisador, atua há 10 anos em temas ligados a transparência e integridade. É autor do livro *Lei de Acesso à Informação: reforço ao controle democrático*, de 2015, e de vários artigos e capítulos de livros sobre transparência e integridade. Foi um dos coordenadores do estudo *Desafios da Transparência no Sistema de Justiça Brasileiro*. Prestou serviços para organizações como Banco Mundial, Unesco, CGU, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraji e Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong. É consultor da Transparência Internacional no Brasil.

José Henrique Torres – Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru (1980). Especialista em Direito das Relações Sociais pela Faculdade de Direito de Bauru (1984) e em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982). Juiz de direito, titular da 1ª Vara do Júri de Campinas – SP e professor de Direito Penal e de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP e do curso de pós-graduação do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA). Juiz formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, com atuação docente no Módulo Nacional dos cursos locais de formação inicial de juizes, ministrando conteúdos de Ética e Humanismo e Direitos Humanos e nos cursos de formação de formadores.

Marcelo Costenaro Cavali – Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo (2014-2017). *Visiting Scholar na Columbia Law School* (2015). Mestre em Ciências Jurídico-Econômicas pela Universidade de Coimbra (2006). Juiz instrutor no Supremo Tribunal Federal – Gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso (2017-atual). Foi Juiz instrutor e Juiz Auxiliar no Superior Tribunal de Justiça – Gabinete da Ministra Maria Thereza de Assis Moura (2014-2017), Juiz Federal Substituto da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo – especializada em crimes financeiros e lavagem de ativos (2009-2014) e Juiz Federal Substituto da 1ª Vara Cível de Recife. Ex-Procurador Federal (2007-2008). Graduado em Direito (2002) e especialista em Contabilidade e Finanças (2007) pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito Público pela Escola da Magistratura Federal do Paraná (2007). Especialista em Direito Penal Econômico pelo IBCCRIM-Universidade de Coimbra (2010).

Marco Antônio Barros Guimarães – Doutorando em Filosofia pela Universidade de Barcelona (ESP), área de concentração: Cidadania e Direitos Humanos. Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, área de concentração: Ética. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas, com especialização em Direito de Empresa pela Fundação Dom Cabral. Membro da Comissão de Assessoramento no planejamento e desenvolvimento de ações pedagógicas e na revisão de atos normativos e projetos relacionados ao programa de formação de magistrados da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam. Formador da Enfam com atuação docente no Módulo Nacional dos cursos locais de formação inicial de juízes federais e juízes de direito, ministrando conteúdos de Ética e Humanismo. Membro do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e de Pesquisa, Editoração e Intercâmbio – CTAP, instituído no âmbito do Centro de Estudos Judiciários do Superior Tribunal de Justiça, com atribuições de assessoramento ao Conselho de Escolas de Magistratura Federal – CEMAF na elaboração técnica de propostas de atos normativos e do plano anual de aperfeiçoamento dos juízes federais. Juiz da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Marcos de Lima Porta – Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990), onde obteve os títulos de Mestre (2001) e Doutor (2007) em Direito do Estado, subárea de Direito Administrativo. Especialista em Docência do Ensino Superior (2015) pela FMU-SP e Especialista em Inovações em Tecnologias Educacionais pela Anhembi Morumbi/SP. Professor da PUC-SP, nas disciplinas de Direito Administrativo e Fundamentos do Direito Público. Formador, tutor e conteudista da Enfam. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Público e Formador da Escola Paulista de Magistratura (EPM-SP). Magistrado Estadual desde 1992.

Vladimir Santos Vitovsky – Doutor pela Universidade de Coimbra, no Programa de Doutorado "Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI" (2017), organizado em conjunto pelas Faculdades de Direito e Economia, com a defesa da Tese intitulada "Fora do processo, dentro da comunidade: um estudo sobre as possibilidades e os limites de uma justiça participativa". Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997-1999), graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991-1996), graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991-1994). Juiz Federal Titular da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Juiz Formador da Enfam. Coordenador do Curso de Formação Inicial e de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento de Magistrados. Membro integrante da Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (CAE) da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF). Coordenador da Comissão de Gestão da Administração Judiciária do CAE/EMARF. Juiz Federal Supervisor do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal no Complexo do Alemão e demais comunidades (CAIJF). Professor. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Direito, com ênfase em Administração da Justiça e Sociologia Judiciária, atuando principalmente nos seguintes temas: Acesso à justiça e educação para cidadania, Formação de Magistrados e Execução Fiscal.